

Demonstrações Financeiras

Paranaguá Saneamentos S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Paranaguá Saneamento S.A.
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto.

Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante consolidado de R\$ 232.237mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão.

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 perfazem o montante de R\$ 19.710mil e as movimentações líquidas do ativo de contrato, o montante de R\$ 1.109mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas 9 e 10.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e conseqüentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2020; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliação do processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

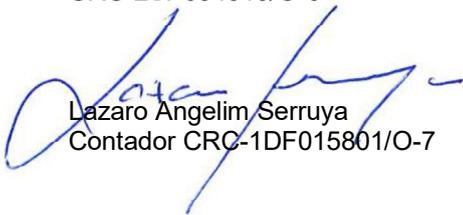
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Paranaguá Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.638	3.995
Contas a receber e outros recebíveis	6	6.088	8.785
Estoques		1.364	898
Impostos e contribuições a recuperar		1.378	366
Despesas antecipadas		231	149
Total do ativo circulante		<u>116.699</u>	<u>14.193</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas		22	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	73	4
Depósitos judiciais		973	1.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	16.077	12.111
Total do realizável a longo prazo		<u>17.145</u>	<u>13.140</u>
Imobilizado	7	1.713	1.934
Ativos de direito de uso	8	1.494	1.134
Intangível	9	259.304	253.342
Ativo de contrato	10	7.805	8.914
Total do ativo não circulante		<u>287.461</u>	<u>278.464</u>
Total do ativo		<u>404.160</u>	<u>292.657</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	9.354	13.186
Empréstimos e financiamentos	12	3.227	113.227
Debêntures	13	27.776	16.270
Provisões e encargos trabalhistas		1.595	1.602
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	234
Obrigações fiscais		963	1.057
Total do passivo circulante		<u>42.915</u>	<u>145.576</u>
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar		524	-
Empréstimos e financiamentos	12	124.913	7.465
Debêntures	13	229.863	126.229
Provisão para perdas com causas judiciais	14	798	429
Total do passivo não circulante		<u>356.098</u>	<u>134.123</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	28.236	28.236
Prejuízos acumulados		(23.089)	(15.278)
Total do patrimônio líquido		<u>5.147</u>	<u>12.958</u>
Total do passivo		<u>399.013</u>	<u>279.699</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>404.160</u>	<u>292.657</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	19	82.781	117.002
Custo dos serviços prestados	20	<u>(50.645)</u>	<u>(77.885)</u>
Lucro Bruto		<u>32.136</u>	<u>39.117</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	20	(4.215)	(7.805)
Administrativas e gerais	20	(14.893)	(15.665)
Outras receitas		-	547
		<u>(19.108)</u>	<u>(22.923)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		<u>13.028</u>	<u>16.194</u>
Receitas financeiras	21	2.241	1.609
Despesas financeiras	21	<u>(27.044)</u>	<u>(18.452)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(24.803)</u>	<u>(16.843)</u>
Prejuízo operacional antes dos tributos		<u>(11.775)</u>	<u>(649)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2)	(665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>3.966</u>	<u>805</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(7.811)</u>	<u>(509)</u>
Prejuízo por ação – básico (em reais)		(0,276631)	(0,018027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	<u>(7.811)</u>	<u>(509)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(7.811)</u></u>	<u><u>(509)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

		Capital	Prejuízos	Total do
	Nota	social	acumulados	patrimônio
				líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	15	28.236	(14.769)	13.467
Prejuízo líquido do exercício		-	(509)	(509)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15	<u>28.236</u>	<u>(15.278)</u>	<u>12.958</u>
Prejuízo líquido do exercício		-	(7.811)	(7.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15	<u>28.236</u>	<u>(23.089)</u>	<u>5.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(7.811)	(509)
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.966)	(805)
Imposto de renda e contribuição social provisionados	2	665
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	720	3.858
Depreciação e amortização	14.776	12.578
Baixa de ativo intangível	867	146
Provisão para perdas com causas judiciais	369	(641)
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	(1.393)	(1.332)
Juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	25.474	15.236
	<u>29.038</u>	<u>29.196</u>
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	2.604	(1.335)
Redução (aumento) em estoques	(466)	19
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	(1.012)	(3)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(104)	12
Redução (aumento) em depósitos judiciais	52	(14)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(3.308)	1.104
Redução em provisões e encargos trabalhistas	(7)	(217)
Redução em obrigações fiscais	(94)	(339)
	<u>26.703</u>	<u>28.423</u>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis	697	666
Imposto de renda e contribuição social pagos	(236)	(431)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(12.102)	(34.991)
	<u>15.062</u>	<u>(6.333)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(275)	(460)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(18.616)	(48.542)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(18.891)</u>	<u>(49.002)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Debêntures e partes relacionadas tomadas	268.005	78.540
Custo de transação na emissão de debêntures	(18.875)	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(141.658)	(21.214)
	<u>107.472</u>	<u>57.326</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>103.643</u>	<u>1.991</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.995	2.004
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>107.638</u></u>	<u><u>3.995</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Paranaguá Saneamento S.A. “Companhia”, localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2021.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

- Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

a) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

b) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.7. Ativos de contrato

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.9. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.10. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.10.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.16. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – NE 9;
- ii. Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) – NE 6;
- iii. Provisões para perdas de causas judiciais – NE 14;

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Impactos da COVID – 19

a) Contexto Geral

Tendo em vista a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, a Companhia tem adotado diversas medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Essas medidas visam garantir a continuidade regular das operações minimizando os impactos à saúde e segurança dos seus colaboradores e familiares, e das áreas onde a Companhia atua.

Sendo o saneamento básico uma atividade essencial, a Companhia adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores das atividades administrativas e não essenciais ao trabalho em campo está trabalhando em regime de home office. Adicionalmente, a Companhia aderiu ao programa #nãodemita, que busca a manutenção do emprego de seus colaboradores.

A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos.

b) Impacto nas informações financeiras

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

- (i) Aumento de R\$2.441 do contas a receber vencidos acima de 180 dias em decorrência de efeitos na inadimplência, dado que proibições das ações de cortes no fornecimento prejudicaram a arrecadação de faturas com conseqüente incremento das perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber, vide Nota Explicativa nº 6;
- (ii) Frustração no crescimento do faturamento de água, esgoto e serviços em função da postergação, por Decretos Emergenciais, na aplicação de reajustes inflacionários previstos em contrato, vide Nota Explicativa nº 19; e

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

- (iii) Postergação de alguns investimentos para o ano de 2021. A Nota Explicativa nº 9 e 10 fornece detalhe comparativo das adições do período 2020 e do período 2019. Adicionalmente como consequência da redução dos investimentos a receita de construção e o custo de construção tiveram redução no período de 2020, vide Nota Explicativa nº 19 e 20, além disso, a Companhia identificou um leve crescimento na provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 20).

c) Medidas operacionais e financeiras

A Companhia vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia que visem fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos financeiros da pandemia, a Companhia ainda tomou, dentre outras, as seguintes medidas visando minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Adoção de medidas para minimizar o incremento das contas a receber vencidas, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de crédito esperadas, dentre as quais destacamos:
 - a. Intensificação nas ações pelos canais de arrecadação e cobranças (SMS, E-mail e WhatsApp), permitindo aos clientes negociar seus débitos sem sair de casa;
 - b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção da cobrança de juros para clientes em atraso);
 - c. Inclusão de totens de auto pagamento em estabelecimentos comerciais credenciados como supermercados e farmácias.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia nas áreas onde atua, dentre as quais destacam-se:

- (i) Auxílio às prefeituras municipais na limpeza de áreas públicas no combate à proliferação da COVID-19, com o fornecimento de produtos químicos usualmente utilizados nos processos de produção de água tratada (principalmente, “hipoclorito de sódio”);
- (ii) Distribuição de produtos de higiene e orientações em instituições sociais que necessitam de apoio; e
- (iii) Ampliação dos serviços digitais, reduzindo a necessidade de presença física dos clientes em suas lojas e pontos de atendimento.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	7	22
Saldo bancário	1.238	3.580
Aplicações financeiras	106.393	393
Total	107.638	3.995

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Modalidades	2020	2019
Certificado de depósito bancário	5.861	393
Fundos de investimento	100.532	-
Total	106.393	393

Em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI, dos certificados de depósito bancário e fundos de investimento foi de 3,97% e 2,71% (5,51% em 31 de dezembro de 2019) respectivamente.

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

6. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2020	2019
Contas a receber de saneamento e serviços		16.950	18.011
Direitos a faturar		3.515	3.422
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(14.558)	(13.838)
		5.907	7.595
Operações mensais - partes relacionadas	22	78	78
Adiantamentos		59	955
Outros		117	161
		254	1.194
Circulante		6.088	8.785
Não circulante		73	4
Total		6.161	8.789

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	2020	2019
A vencer	5.204	6.030
Vencidos até 30 dias	1.779	2.677
Vencidos entre 31 e 60 dias	515	557
Vencidos entre 61 e 90 dias	280	1.776
Vencidos entre 91 e 120 dias	264	283
Vencidos entre 121 e 150 dias	215	291
Vencidos entre 151 e 180 dias	146	198
Vencidos acima de 181 dias	12.062	9.621
Total	20.465	21.433

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para redução ao valor recuperável do contas a receber. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o período é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	9.980
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	5.502
Valores baixados	(1.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.838
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	2.384
Valores baixados	(1.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.558

A provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Custo					
Saldos em 1º de janeiro de 2019	374	1.079	1.846	2.050	5.349
Adições	5	102	353	-	460
Baixas	-	-	-	(956)	(956)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	379	1.181	2.199	1.094	4.853
Adições	15	22	174	64	275
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	394	1.203	2.373	1.158	5.128
Depreciação					
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(175)	(761)	(900)	(1.514)	(3.350)
Adições	(55)	(62)	(262)	-	(379)
Baixas	-	-	-	810	810
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(230)	(823)	(1.162)	(704)	(2.919)
Adições	(94)	(40)	(302)	(60)	(496)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(324)	(863)	(1.464)	(764)	(3.415)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2019	149	358	1.037	390	1.934
Em 31 de dezembro de 2020	70	340	909	394	1.713

8. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso referem-se as operações de arrendamento, normatizado pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16.

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	-
Adições	429	1.131	1.560
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	429	1.131	1.560
Adições	1.644	100	1.744
Baixas	(554)	(1.231)	(1.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.519	-	1.519
Depreciação			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	-
Adições	(301)	(125)	(426)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(301)	(125)	(426)
Adições	(207)	(310)	(517)
Baixas	483	435	918
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(25)	-	(25)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2019	128	1.006	1.134
Em 31 de dezembro de 2020	1.494	-	1.494

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Intangível

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (i)	Outorga Concessão (ii)	Software	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	242.142	39.549	487	282.178
Adições	34.197	-	49	34.246
Transferências	29.878	-	-	29.878
Saldos em 31 de dezembro de 2019	306.217	39.549	536	346.302
Adições	16.640	-	15	16.655
Transferências	3.070	-	-	3.070
Saldos em 31 de dezembro de 2020	325.927	39.549	551	366.027
Amortização				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(70.473)	(10.460)	(254)	(81.187)
Adições	(10.610)	(1.091)	(72)	(11.773)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(81.083)	(11.551)	(326)	(92.960)
Adições	(12.607)	(1.091)	(65)	(13.763)
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(93.690)	(12.642)	(391)	(106.723)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2019	225.134	27.998	210	253.342
Em 31 de dezembro de 2020	232.237	26.907	160	259.304

(i) *Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12*

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2019	2020		Custo
		Custo	Adições (**)	Transferência (**)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	70.120	325	52	70.497
Rede de Esgoto	De 4 a 6	187.941	9.568	675	198.184
Rede de Água	De 4 a 5	43.850	6.720	2.039	52.609
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	1.900	27	304	2.231
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	1.553
Outros		853	-	-	853
Total		306.217	16.640	3.070	325.927

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018		2019	
		Custo	Adições	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	69.866	146	108	70.120
Rede de Esgoto	De 4 a 6	134.293	26.875	26.773	187.941
Rede de Água	De 4 a 5	34.116	7.120	2.614	43.850
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	1.461	56	383	1.900
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	1.553
Outros		853	-	-	853
Total		242.142	34.197	29.878	306.217

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(**) As movimentações líquidas em 2020 foram de R\$19.710.

(ii) Outorga de Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

	Prazo final da concessão	Prazo remanescente (anos)	Custo contábil	Amortização		Saldo líquido	
				2020	2019	2020	2019
Intangível de concessão	2045	25	39.549	(12.642)	(11.551)	26.907	27.998

c) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

d) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 21-25 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 20-24 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2020.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - as receitas foram projetadas entre 2021 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 10,00%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

A unidade geradora de caixa não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado para a unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

10. Ativos de contrato

Referem-se ao direito contratual das Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível.

Saldos em 1º de janeiro de 2019	24.496
Adições	14.296
Transferências (*)	(29.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914
Adições	1.961
Transferências (*)	(3.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.805

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(*) O saldo refere-se à classificação de ativo da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação

11. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2020	2019
Fornecedores diversos		8.537	12.101
Operações mensais - partes relacionadas	22	524	524
Outras contas a pagar		523	281
		9.584	12.906
Adiantamentos		294	280
Circulante		9.354	13.186
Não circulante		524	-
Total		9.878	13.186

12. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a. (%) (*)	Vencimento	2020	2019
BNDES - parte relacionada	22	TJLP	5,95	2022 a 2024	8.138	9.252
Arrendamento				2025	1.499	1.166
Conta corrente - partes relacionadas	22			-	-	110.357
Mútuo - partes relacionadas	22		8,00	2022	118.558	-
(-) Custo de transação				2022 a 2024	(55)	(83)
Circulante					3.227	113.227
Não circulante					124.913	7.465
Total					128.140	120.692

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária. No contrato de capital de giro a controladora Iguá Saneamento S.A. é co-devedora.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
BNDES (*)	8.138	3.005	2.121	1.506	1.506	-
Arrendamento	1.499	246	270	297	327	359
Mútuo - partes relacionadas	118.558	-	118.558	-	-	-
Total	128.195	3.251	120.949	1.803	1.833	359
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
BNDES (*)	9.252	2.510	2.483	1.713	1.328	1.218
Arrendamento	1.166	388	280	310	188	-
Conta corrente - partes relacionadas	110.357	110.357	-	-	-	-
Total	120.775	113.255	2.763	2.023	1.516	1.218

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação dos financiamentos BNDES, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	
Empréstimos e financiamentos	55	24	17	11	3	
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
Empréstimos e financiamentos	83	28	24	17	11	3

a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Debêntures	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	67.162	-	156.898	224.060
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Conta corrente - partes relacionadas	78.540	-	-	78.540
Pagamentos de principal	(20.820)	(394)	-	(21.214)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	57.720	(394)	-	57.326
Outras variações				
Custo de transação	39	-	-	39
Arrendamento	-	1.560	-	1.560
Provisão de juros	1.470	92	13.635	15.197
Pagamento de juros	(6.865)	(92)	(28.034)	(34.991)
Total de outras variações	(5.356)	1.560	(14.399)	(18.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	119.526	1.166	142.499	263.191
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	259.804	259.804
Conta corrente - partes relacionadas	8.201	-	-	8.201
Custo de transação na emissão debêntures	-	-	(18.875)	(18.875)
Pagamentos de principal	(1.397)	(1.411)	(138.850)	(141.658)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	6.804	(1.411)	102.079	107.472
Outras variações				
Custo de transação	28	-	950	978
Arrendamento	-	1.744	-	1.744
Provisão de juros	572	118	23.806	24.496
Pagamento de juros	(289)	(118)	(11.695)	(12.102)
Total de outras variações	311	1.744	13.061	15.116
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.641	1.499	257.639	385.779

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

b) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

13. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%) (*)	Vencimento	2020	2019
Debêntures	IPCA + 6,1%	6,38	2030	275.564	142.499
(-) Custo de transação			2030	(17.925)	-
Circulante				27.776	16.270
Não circulante				229.863	126.229
Total				257.639	142.499

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

Em 31 de julho de 2020 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta restrita, o montante de R\$259.804, com prazo de vencimento de 10 anos contados da data de emissão, com remuneração fixa equivalente a IPCA + 6,10% a.a. Os juros e o valor do principal serão amortizados em janeiro e julho a partir de 2021.

Em 3 de agosto de 2020 a Companhia liquidou o montante de R\$145.142 da 1ª (Primeira) debêntures emitidas em 4 de setembro de 2017.

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia consistem:

As garantias da 2ª (Segunda) debêntures emitidas pela controlada Paranaguá Saneamento S.A. no montante de R\$259.804 em 31 de dezembro de 2020, consistem

(i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela Companhia na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures;

(ii) totalidade das ações da controlada pertencentes a Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e

(iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da controlada, emergentes do contrato de concessão.

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 115 Meses
Debêntures	275.564	30.480	30.683	30.683	30.683	30.683	122.352

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 69 Meses
Debêntures	142.499	16.270	25.243	25.243	25.243	25.243	25.257

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 115 Meses
(-) Custo de transação	17.925	2.704	2.628	2.476	2.352	2.148	5.617

14. Provisão para perdas com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$798 em 31 de dezembro de 2020 (R\$429 em 31 de dezembro de 2019).

	Cíveis, trabalhistas, Ambientais e tributário	
	2020	2019
Saldo em 1º janeiro	429	1.070
Adições	427	233
Baixas/reversões	(58)	(874)
Total	798	429

A natureza dos processos é como segue:

	2020	2019
Cíveis	56	2
Trabalhistas	726	418
Ambiental	16	-
Tributário	-	9
Total	798	429

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

As contingências passivas são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$15.500 em 31 de dezembro de 2020 (R\$15.061 em 31 de dezembro de 2019). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

- Existe um processo estimado em R\$ 10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. A alegação de suspeição do perito já foi afastada por decisão final, diante da qual não cabe mais recurso. No momento aguarda-se apenas a definição do Juiz Federal competente para que o processo retome seu curso com o encerramento da fase de produção de provas.

15. Capital social

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 28.236 (R\$28.236 em 31 de dezembro de 2019), representado por 28.236.154 ações ordinárias, (28.236.154 em 31 de dezembro de 2019), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2020	2019
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

16. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	399.013	279.699
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(107.638)	(3.995)
(=) Dívida líquida	291.375	275.704
Total do patrimônio líquido	5.147	12.958
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	56,61	21,28

17. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	106.393	393	1.245	3.602	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	6.161	8.789	-	-
Ativos Financeiros		106.393	393	7.406	12.391	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (**)	11	-	-	-	-	9.584	12.906
Empréstimos e financiamentos (*)	12	-	-	-	-	128.195	120.775
Debêntures (*)	13	-	-	-	-	275.564	142.499
Passivos Financeiros		-	-	-	-	413.343	276.180

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação

(**) Não foi considerado o montante de adiantamentos

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Adicionalmente, em virtude da pandemia de Covid-19, a Companhia está monitorando diariamente o comportamento e gerenciamento ativo da inadimplência da sua carteira de clientes por meio de políticas e não são esperados impactos relevantes, além dos refletidos da provisão para perda do valor recuperável (nota 6).

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.638	3.995
Contas a receber e outros créditos (*)	6	6.102	7.834
Circulante		113.667	11.825
Não circulante		73	4
Total		113.740	11.829

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2020	2019
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	11	9.584	12.906
Empréstimos e financiamentos (**)	12	128.195	120.775
Debêntures (**)	13	275.564	142.499
Circulante		58.484	142.431
Não circulante		354.859	133.749
Total		413.343	276.180

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(**) O montante referente a empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo apresentados sem o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual						
		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 360 meses	
Fornecedores e outras contas a pagar	9.584	9.584	9.584	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	126.696	127.637	3.429	120.955	1.675	1.578	-	-
Arrendamento	1.499	1.892	378	378	378	379	379	-
Debêntures	275.564	587.440	30.480	88.214	81.576	74.894	68.495	243.781
Total	413.343	726.553	43.871	209.547	83.629	76.851	68.874	243.781

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual						
		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 91 meses	
Fornecedores e outras contas a pagar	12.906	12.907	12.907	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	119.609	121.070	113.436	2.899	1.973	1.487	1.275	-
Arrendamento	1.166	1.380	486	348	348	198	-	-
Debêntures	142.499	174.997	23.264	34.062	32.207	30.329	28.485	26.650
Total	276.180	310.354	150.093	37.309	34.528	32.014	29.760	26.650

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e IPCA.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2020	2019
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	5	106.393	393
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	12	8.138	9.252
Debêntures	13	275.564	142.499
Total		283.702	151.751

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	106.393	CDI	2,78	2.958	3,48	3.702	4,17	4.437
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	8.138	TJLP	4,55	370	5,69	463	6,83	556
Debêntures	275.564	IPCA	4,34	11.959	5,43	14.963	6,51	17.939
Impacto no resultado e patrimônio líquido	390.095			15.287		19.128		22.932
Impacto no resultado do exercício apresentado						3.841		7.645

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	106.393	CDI	2,78	2.958	2,08	2.215	1,39	1.481
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	8.138	TJLP	4,55	370	3,41	280	2,27	187
Debêntures	275.564	IPCA	4,34	11.959	3,25	8.951	2,17	5.974
Total dos ativos e passivos financeiros	390.095			15.287		11.446		7.642
Impacto no resultado do exercício apresentado						(3.841)		(7.645)

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	23.505	20.917	-	-	2.588	(302)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa IFRS 16	3.533	2.652	-	-	881	988
Provisão para perdas com causas judiciais	2	11	-	-	(9)	11
Outras provisões	271	146	-	-	125	(218)
Custo de transação de empréstimos	129	134	-	-	(5)	(51)
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	306	343	37	39
Direitos a faturar	-	-	825	831	6	8
Ágio sobre aquisições	-	-	1.084	1.056	(28)	(41)
	-	-	9.148	9.519	371	371
	27.440	23.860	11.363	11.749	3.966	805
Compensação (*)	(11.363)	(11.749)	(11.363)	(11.749)	-	-
Total líquido	16.077	12.111	-	-	3.966	805

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Reconciliação da taxa efetiva	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	(11.775)	(649)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	4.004	221
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(80)	(120)
Outras	40	39
Imposto corrente	(2)	(665)
Imposto diferido	3.966	805
Alíquota efetiva	(34%)	(22%)

Cronograma de realização

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão.

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2020	2019
2020	-	795
2021	275	1.780
2022	631	4.327
2023	1.416	5.999
2024	2.574	6.690
2025	3.402	4.269
2026	4.420	-
2027	5.479	-
2028	9.243	-
Total	27.440	23.860

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Receita operacional líquida

	2020	2019
Saneamento	72.162	73.766
Construção	18.602	48.349
Serviços	2.021	4.644
Abatimentos e cancelamentos	(3.062)	(2.772)
Impostos sobre serviços	(6.942)	(6.985)
Total	82.781	117.002

20. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2020	2019
Custo de construção	(18.602)	(48.349)
Depreciação e amortização	(12.654)	(10.558)
Despesas com pessoal	(5.889)	(5.120)
Serviços de terceiros	(5.230)	(4.429)
Energia elétrica	(4.026)	(4.136)
Outorga e taxas de fiscalização	(2.899)	(2.851)
Materiais Auxiliares	(1.890)	(2.676)
Outros custos	(365)	(532)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(216)	(154)
Materiais Diretos	(45)	(51)
Créditos de Pis e Cofins	1.171	971
Total	(50.645)	(77.885)

Despesas comerciais	2020	2019
Despesa com pessoal	(1.912)	(2.565)
Serviços de terceiros	(1.196)	(956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(720)	(3.858)
Outras despesas comerciais	(187)	(222)
Depreciação e amortização	(107)	(108)
Materiais	(93)	(96)
Total	(4.215)	(7.805)

Despesas administrativas e gerais	2020	2019
Despesa com pessoal	(7.201)	(8.110)
Serviços de terceiros	(3.472)	(2.740)
Depreciação e amortização	(2.015)	(1.912)
Outras despesas	(1.998)	(1.819)
Despesas com comunicação/marketing	(207)	(1.084)
Total	(14.893)	(15.665)

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.393	1.332
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	793	28
Descontos obtidos	1	28
Outras receitas financeiras	54	221
Total	2.241	1.609
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(25.474)	(15.236)
Comissões e despesas bancárias	(980)	(2.981)
Outras despesas financeiras	(590)	(235)
Total	(27.044)	(18.452)
Despesas financeiras líquidas	(24.803)	(16.843)

22. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2020	2019
Remuneração da diretoria	823	869
Participação nos lucros e resultados	218	-
Encargos sociais	176	134
Benefícios diretos e indiretos	45	39
Total	1.262	1.042

Não foram pagos valores a título de:

- (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

- (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
(d) remuneração baseada em ações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

c) Outras transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Em clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar	(Nota 6)	(Nota 6)	(Nota 11 e 12)	(Nota 11 e 12)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC (a)	-	-	-	-	(3.769)	(4.716)
Repasse de recursos e custos - CSC (b)	78	78	524	524	(33)	(43)
Contrato de assistência técnica (c)	-	-	-	-	-	4
Conta corrente (d)	-	-	-	110.357	-	-
Mútuo (e)	-	-	118.558	-	-	-
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (f)	-	-	8.138	9.252	(572)	(834)
Circulante	4	78	3.005	113.391	(4.374)	(5.589)
Não circulante	74	-	124.215	6.742	-	-
Total	78	78	127.220	120.133	(4.374)	(5.589)

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (c) Contrato de serviços de assistência técnica entre as partes, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 5% sobre a receita.
- (d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (e) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 8% ao ano, e vencimento em 2022.
- (f) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

23. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

24. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida.

Em 31 de dezembro de 2020 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$2.899 (R\$2.851 em 31 de dezembro de 2019) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

João Roberto Rocha Moraes
Mayckel Seiffert da Costa Pereira

Contador

Anderson da Costa
CRC/SP nº 1 SP – 244592/O-1